

Lembranças de livros e impressores: um mapeamento da produção livresca paulista durante o século XIX.

Airton José Cavenaghi¹

Introdução

Este trabalho procura relatar detalhes da produção editorial da Província e futuro Estado de São Paulo, com enfoque para as publicações impressas com características históricas, memorialísticas e literárias, incluindo-se, em alguns casos, jornais, periódicos e obras de caráter jurídico, que serviram de suporte direto para a manutenção de um cotidiano formativo da mentalidade cultural da região paulista, durante o século XIX.

Não se pretende, o que seria impossível, esgotar o assunto, visto as dificuldades de localização e leitura de algumas edições: algumas apenas conhecidas por intermédio de catálogos elaborados na época de suas publicações, reminiscências ou eventuais citações de alguns autores.

Procurou-se, neste momento relacionar as obras com informações pertinentes ao panorama editorial paulista durante o século XIX. Nota-se, neste trabalho, a inexistência de uma relação de periódicos, principalmente jornais, visto que portentosos trabalhos anteriores já relacionaram de forma sistemática estes dados.²

Na análise do panorama da publicação de livros na Província de São Paulo durante os oitocentos, percebe-se a impossibilidade de se rastrear muitas informações bibliográficas em obras escritas durante este século, na Província ou mesmo em outros países. A quase totalidade desse material não apresenta uma bibliografia completa de referência seja em informações de

¹ Doutor em História Social pela FFLCH-USP. Professor Titular do Mestrado em Hospitalidade (UAM-SP). Este artigo é parte das discussões relacionadas à pesquisa em andamento: *Bibliografia Paulista do século XIX*. Contato: acavenaghi@gmail.com

² Para uma relação completa ver, entre outros. SODRE, Nelson Werneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967. 3ª edição. Em especial 3ª parte: A cultura Brasileira: A Imprensa. p. 328-334. Há também dois artigos interessantes e fundamentais. O primeiro menos conhecido, mas bastante revelador, trata-se de: BOURROU, Estevam Leão. A typographia no Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo : Typographia do Diario Oficial, v. XIII, 1908. p. 5- 39. O segundo é a base principal de estudo de vários pesquisadores, trata-se de: FREITAS, Affonso A. de. O primeiro centenário da fundação da imprensa paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*. São Paulo, v. XXV, 1927. p. 7-42.

rodapés ou mesmo na forma clássica de apresentação ao final do volume. Este problema foi a principal causa de não ser possível citar, para muitas obras, a quantidade de páginas e o formato físico apresentado por elas. Muitos livros já são "memórias esparsas" que se confundem e apenas se manifestam com a narrativa de alguns autores.

O hábito de não citar corretamente as fontes de consulta persiste até mesmo nas décadas iniciais do século XX e contribuiu diretamente para o desconhecimento dos autores e obras utilizadas por um determinado escritor. Para esta regra geral há algumas raras exceções e entre elas encontra-se a obra *O Brasil e as colônias portuguesas*, de J.P. Oliveira Martins, editada em Lisboa, em 1880, pela Livraria Bertrand, que apresenta uma extensa bibliografia ao final do volume de forma bastante didática inserido, inclusive, a expressão "*opusculos diversos*" para obras não diretamente relacionadas ao assunto tratado. (MARTINS, 1880 : 263 e seguintes)

Outro exemplo, mais significativo e mais conhecido, é a publicação, *Le Brésil*, organizado por E. Levasser, em 1889, como separata da Grande Enciclopédia Francesa (*Le Grande Encyclopédie*). A obra que contou com a colaboração do Barão do Rio-Branco, Eduardo Prado, Visconde de Ourém, Henri Gorgeix, entre outros, apresenta uma extensa bibliografia ao seu final. Este apanhado bibliográfico é muito mais indicativo do que de referência, mas torna-se curioso que entre todas as obras apresentadas no volume somente duas, classificadas como de Literatura Jurídica, tenham sido editadas em São Paulo e ambas em 1884. (LEVASSEUR, 2000 : 182-183).³

Com este pequeno dado nota-se a dificuldade existente em se encontrar material impresso na Província, mesmo neste período ao final do século XIX que pode ser considerado um dos momentos mais florescentes da tipografia na região paulista. São Paulo, pelo advento da cultura cafeeira, já se destacava economicamente e isto era notado, como será observado no decorrer deste trabalho, inclusive na sua produção editorial.

Outro fato inserido no contexto deste mapeamento da bibliografia paulista do século XIX, trata-se da inserção de publicações como os Almanques da Província e depois Estado, que apesar de nascerem com o intuito da perenidade, desapareceram pelo abandono do projeto editorial original articulado pelos seus organizadores.⁴

³ Nota-se que mesmo durante o final do século XIX, as publicações realizadas na Província ainda não encontravam uma plena divulgação fora da região paulista.

⁴ Nessa linha editorial vale lembrar que uma das últimas obras com as características dos antigos almanques paulistas do século XIX, foi editada em 1940. Trata-se do *Almanaque d'O Estado de S. Paulo: 1940*, impresso em São Paulo pelas *Officinas da Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes*, em Dezembro de 1939 e composto de 416 páginas, no formato 13 cm X 19 cm.

Neste tipo de projeto a coleta de informações diversas sobre o território paulista era o elemento central para a elaboração de um Almanaque, incluindo-se neste fato a presença de colaboradores diversos que com suas contribuições, literárias ou não, ajudaram a construir uma das melhores fontes de consulta para a análise da época na qual foram publicados. Essas obras muito contribuíram, inclusive, para este artigo ao facilitar o encontro de curiosos "opúsculos" que apareciam, sendo comercializados, em anúncios distribuídos no corpo de vários destes Almanaques.

Com este artigo, propõe-se mostrar que a região paulista passou por momentos históricos identificáveis pelo caráter assumido no conteúdo de algumas publicações. Neste caso as idéias propagadas são condicionadas à absorção de um cotidiano provincial por parte do autor da obra.

Nota-se e isso é perceptível no decorrer dos anos analisados, que a produção editorial não caminhou com liberdade, ao contrário, condicionou-se às interferências necessárias a dar um suporte administrativo e organizacional a uma elite produtora e consumidora de conhecimentos, que está diretamente ligada à coordenação e gerenciamento da sociedade em questão.

O apelo popular não existe a princípio e tudo que eventualmente se publicou era necessário, de certa forma, para corroborar a memória de uma elite política. Percebe-se que há um motor institucional que não privilegiou um público diverso. Antônio Cândido, contudo, afirma que:

A literatura, porém é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem), e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento – para chegar a uma comunicação (MELLO e SOUZA, 2000 : 127).

No caso da Província de São Paulo nota-se muito mais um monólogo que um diálogo, fato perceptível pelos conteúdos das obras que foram recuperadas por essa pesquisa.

Por fim, esse trabalho busca mostrar a forma tímida e confusa do início do mercado editorial paulista. Tímida, pois este suposto mercado nasceu agregado à necessidade específica de grupos elitizados e, confusa, pois não possuía um padrão de produção. As obras eram quase artesanais, produzidas pelos chamados "editores", que na realidade eram apenas "tipógrafos". Os livros eram objetos de luxo restritos a uma pequena parcela da população letrada.

Nestas pequenas gráficas a edição destes livros representa a memória de um cotidiano pouco estudado e que continua esquecido nas análises historiográficas existentes do período,

mas este formato editorial inicial seria a base de uma das maiores indústrias editoriais do país que atingiria seu ápice na segunda metade do século XX, mas que sempre ficou condicionada, de certa forma, à herança trazida deste começo comentado anteriormente.

A Província: "comunicações" iniciais

A Província de São Paulo sempre foi carente quanto à produção livreira e a formação de seus leitores. Em princípios do século XVII, descreve Alcântara Machado pela análise dos inventários seiscentistas, que apenas quinze espólios dos bandeirantes, habitantes de São Paulo, mencionam livros. No total, estes inventários, descrevem cerca de cinquenta e cinco títulos compondo-se na sua maioria "(...) de devocionários e produções de literatura religiosa." (ALCÂNTARA MACHADO, 1972 : 93).

O fato explica-se, segundo o autor, pela falta de capitais para a sua aquisição, já que os livros pertenciam a um universo cotidiano avesso ao bandeirantismo. Sobre a relação entre os habitantes do território paulista e os livros, é Antônio Cândido novamente, que relembra um ofício do então Governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça que relatava os resultados de uma política cultural esboçada no início do século XIX:

Recebi o Aviso n. 19 de 6 de agosto de 1800, e com elle a relação de alguns Impressos com a importância de 165\$780 rs. cujos Impressos já chegarão a esta Capitania; mais com nella há tanta falta de compradores, quanta é a negligência, e descuido q' tem havido em se cultivar as Artes e as sciencias não há qm. se anime a comprar hum só livro, de maneira que muitos dos que se tem espalhado, tem sido dados por mim(...)(Apud: MELLO e SOUZA, 2000 : 128)

Alcântara Machado também descreve a presença de obras de uso cotidiano pelos bandeirantes comentando, inclusive, que nas entradas pelos "sertões", Manuel Preto levava sempre consigo dois livros para distrair-se. (ALCÂNTARA MACHADO, 1972 : 230). Só não se sabe se também eram livros religiosos.

Entretanto, a presença e a publicação de livros na cidade e Província de São Paulo é um assunto que tem atraído a atenção de vários historiadores e bibliófilos em vários momentos. Entre eles podemos citar Laurence Hallewell, com seu monumental *O Livro no Brasil (sua história)* e Rubens Borba de Moraes com suas lendárias obras: *Bibliografia do Brasil Colonial* (1969); *Bibliografia da Imprensa Régia* (1993), e mais recentemente a *Bibliographia Brasiliana* (2010).

De fato nada foi publicado no território paulista antes do século XIX. Há, entretanto, uma obra que chama a atenção do bibliófilo Rubens Borba de Moraes, por apresentar uma

referência à Província ainda no século XVIII: *Histoire de Nicolas I, roy du Paraguai et empereur des mamelus*. Este livro foi editado, segundo sua capa *A Saint Paul : 1756*, mas não traz referência de autoria. Rubens Borba de Moraes acreditava que seria, "(...) uma fantasia do editor e uma alusão a S. Paulo de Piratininga, pátria dos bandeirantes, cujas façanhas eram conhecidas na Europa através das relações de viagens e das inúmeras publicações sobre as missões do Paraguai." (MEYER, 1944: IX.)

Ainda segundo Moraes o livro, apesar de escrito em francês, seria editado na Holanda e faria parte de uma moda do século XVIII para a qual eram escritos pequenos contos baseados em fatos verdadeiros quase sempre anônimos e "(...) de cunho misterioso e clandestino [para que] e pôr meio desses estratagemas facilitar suas venda." (MEYER, 1944 : VII.)

O livro narra os supostos acontecimentos da região, das missões jesuíticas do Paraguai e a existência de fantásticos tesouros pertencentes e administrados pelos jesuítas. O nome de *Nicolas I* remete a lembrança de Nicolau Neeguirú, um índio que ajudou os espanhóis nos primeiros conflitos contra os guaranis. Segundo o historiador Sérgio Conde de Albite Silva:

E a tal requinte de fantasia chegou essa lenda, que foi espalhado que estava sendo cunhada em ouro uma moeda com a efígie do Imperador Nicolau I. Com indignação, mas também com certo temor, a coroa espanhola procura verificar o fundamento da lenda e tentar recuperar os quintos devidos e até então sonegados pelos jesuítas. Logo a lenda se desfaz (...).(SILVA, 1994 : 51-52)

Seria praticamente impossível a edição desta obra na Capitania, pois além da proibição real, a pobreza e o desinteresse cultural reinante na região conforme relatado anteriormente, ao comentar-se sobre o cotidiano dos bandeirantes, impediria qualquer manifestação literária deste porte. Ajudando a corroborar este fato, convém lembrar o trabalho do Frei Gaspar da Madre de Deus que em 1784 escreve suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente* e reclama das mentiras que eram editadas na França a respeito da Capitania de S. Paulo, "(...) causa de tantos erros grosseiros que inundam a República das Letras." (MADRE DE DEUS, 1975 : 136).

Nota-se, desta forma, que possivelmente divulgavam-se de uma maneira ou de outra, as idéias e pensamentos arquitetados na Capitania, o que teria, corroborando a afirmação anterior de Rubens Borba de Moraes, contribuído para a própria impressão da novela de *Nicolas I*.

Convém lembrar que é considerado o primeiro livro impresso no Brasil um opúsculo de 1747, a famosa:

Relação da entrada que fez o excellentissimo, e reverendissimo senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste prezente Anno de 1747, havendo fido feis Anos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocefi./ Composta pelo Doutor Luiz Antonio Rosado da Cunha Juiz de Fóra, e Provedor dos defuntos, e auzentes, Capellas, e Refiduos do Rio de Janeiro./ Rio de Janeiro : Na Segunda Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Anno de MCCXLVII./ Com lições do Senhor Bispo (Ver: MORAES, 1969 : 112-114).⁵

A obra de Antonio Isidoro editada no Brasil foi confiscada pela Coroa juntamente com seu prelo. O autor, mesmo com a proteção episcopal, foi mandado de volta a Lisboa e a experiência pioneira da implantação do prelo no Brasil desaparecia: a presença do Estado, elemento basilar do processo de colonização do país, interferia e prejudicava qualquer projeto autônomo de modificação do panorama social, político e econômico vigente no território.

No frontispício da obra de Isidoro tem-se a seguinte referência: "*Na segunda officina...*", elemento que ainda alimenta as discussões relativas ao exato momento em que Isidoro da Fonseca teria iniciado seu trabalho de impressor.

Na realidade ele atuava em Portugal desde 1740, conforme pode ser observado em uma de suas publicações do período, tal como:

Claustro Franciscano, erecto no dominio da coroa portiguesa, e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente &. Por fr. Apollinario da Conceyção. Lisboa, na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, in-4. (GALVÃO, 1998, v. I : 808.)

E após este livro, Isidoro ainda editou a:

RELAÇAM DAS GUERRAS DA índia Defde o Anno de 1736. até o de 1740/COMPOSTA/ DIOGODA COSTA; LISBOA: Na OiBcina de ANTÓNIO ISIDORO DA FONSECA; MDCC.XLI.

Com todas as licenças necejarias.

⁵ Dessa *Relação de 1747*, há uma edição fac-similar editada em 1973 pela Universidade de Coimbra.

Nesta última obra, é possível identificar os locais nos quais este tipo de material era comercializado conforme informações existentes: *Fende-fe [sic] na Logea de Manoel da Co'iceição na Rua direita do loreta ifínto as Cafas do Conde de Sao-Tlago , e no Terretro do Paço.*

Desta forma a presença da indicação de ser aquela a "Segunda Oficina" confirma a sua atuação anterior como impressor em Portugal. (ver: MORAES, 1969, p. 153-162).

Para finalizar esta análise, não deve ser esquecido o pequeno livro, “A bolsa do Brasil na qual claramente se mostra onde ficou o dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais”, ou no original em holandês, *Brasilsche GELT-SACK. Waer in dat claerlijck vertoont wordt waer dat de Participanten van de West-Indische Comp. haer Gelt ghebleven is. Gedruet in brasilien op't Reciff in de Bree-Bijl.*, composto de 14 páginas não numeradas, que teria sido impresso no Recife em 1647. Sobre este assunto, Rubens Borba de Moraes, em sua obra “O Bibliófilo Aprendiz”, já desmitificou toda a lenda relacionada a este material.

Voltando a São Paulo...

Em São Paulo neste momento e até o início do século XIX, enfrentava-se uma grande falta de livros e, desta maneira, são poucas as notícias relacionadas aos mesmos. Uma das principais lembranças dessa época relaciona-se à tentativa de se estabelecer uma biblioteca pública na capital da Província, ainda na primeira metade do século XVIII. Este fato já foi tratado com larga propriedade por Myriam Ellis quando a autora escreve o artigo: *Documentos Sobre a Primeira Biblioteca Pública de São Paulo.* (ELLIS, 1957: p. 387-447).

É a própria Myriam Ellis que narra que a primeira biblioteca existente em São Paulo era particular e não aberta ao público, pertencendo aos padres do Convento Franciscano: um legado do bispo do Funchal. Ellis ainda comenta que na época do "(...) terceiro bispo de São Paulo, D.Fr. Manuel da Ressureição (1774-1789) este prelado colocou sua livraria – que se compunha de quase dois mil livros, à disposição do clero e dos estudantes". (ELLIS, 1957 : 389). A biblioteca da Mitra era aberta à consulta, característica que duraria até a morte do bispo seguinte.

Na história da primeira biblioteca pública, as obras pertencentes a Dom Francisco foram arrematadas pelo governo em 1824 quando da morte do quarto bispo de São Paulo D. Mateus de Abreu Pereira e vinculadas ao acervo já existente no Convento Franciscano. Essas obras constituíram-se o embrião da primeira biblioteca pública localizada no Convento de São Francisco. Inclui-se neste trabalho da autora, uma série documental fundamental para o

conhecimento deste assunto na capital da Província, principalmente com a publicação de um catálogo da biblioteca organizado pelo Padre José Antônio dos Reis em 1827, que ficou conhecido como o primeiro bibliotecário desta repartição.

Outra notícia, dada por Laurence Hallewell, mas já de conhecimento de vários historiadores da história paulista como Affonso de Taunay, afirma que a primeira tipografia introduzida em São Paulo data de 1827 quando se editou o jornal *O Farol Paulistano*, fundado por José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre. (HALLEWELL. 1985 : 224).

Apesar da existência de uma tipografia, nenhum livro, fato que é sustentado pela maioria dos historiadores do período, tinha sido editado até então e a cidade vivia sua suposta transformação cultural: aproximava-se, nesse momento, a implantação do Curso de Direito na então pequena cidade de São Paulo, com muitas de suas antigas características coloniais ainda presentes e, em muitos aspectos, praticamente isolada do resto do país.

Mesmo sem produções literárias impressas na Província, havia um pequeno comércio de livros na capital. Percebem-se estes dados pela publicação de alguns anúncios relativos ao tema e que circularam no próprio jornal *Farol Paulistano*. Em 12 de março de 1828 o jornal noticiava que na:

Rua do Rozario Logea de fazenda secca casa número 13, acha-se avenda uma porção de Livros, intitula-se Medicina Curativa, em 4.º 1 vollume preço 2\$ réis muito util para uma Casa de familia. Seu Autor é José Maria Bom-Tempo, Medico de Sua Majestade Imperial estes Livros são chegados proxivamente da Côrte. (Recolhido por: GUEDES; BERLINCK, 2000 : 355)

Também no mesmo periódico em 21 de março de 1829, era anunciado que:

José Maria Avellar Brotero participa ao respeitavel Público; que parte do Compendio de Direito Natural ja se acha a venda na loja do Senhor Dom Thomaz de Molina. Os Senhores Assignantes serão entregues dos seus exemplares logo que o mesmo Compendio esteja completo, aquelles senhores porém que quizerem ir recebendo segundo vem chegando do Rio de Janeiro, podem mandar buscar a Casa do A. (Recolhido por: GUEDES; BERLINCK, 2000 : 364)

José M. do Avellar Brotero será também conhecido por publicar em 1836, talvez o primeiro livro impresso na Província. Além deste fato, pela informação descrita no *Farol*

Paulistano, nota-se que sua carreira de escritor se desenvolvera alguns anos antes, talvez pela sua experiência jurídica adquirida no exercício da profissão no Rio de Janeiro desde 1825. Isso também contribuiria para sua nomeação como lente do Curso Jurídico em São Paulo, em 22 de Novembro de 1827.

Nestas informações percebe-se a existência de um comércio e que alguns autores, como o próprio Brotero, por provavelmente não encontrarem editores para suas obras enviavam-nas para o Rio de Janeiro, principal local das produções editoriais realizadas no Brasil no período.

Como um exemplo da produção editorial relacionada à literatura jurídica, lembrar as anotações de Tancredo Paiva, conhecido livreiro estabelecido no Rio de Janeiro na década de 1920 que esboçou uma pequena bibliografia relacionada à confecção do primeiro Código Civil Brasileiro. Lembra o livreiro que em 1831, Bernardo José da Gama, o Visconde de Goyana, havia redigido, no Rio de Janeiro, um *Projecto do Codigo Civil e Criminal*. O Código Civil só seria impresso em 1864 pela *Typographia Universal de Lammert*, mesmo assim chamado de "Esboço", tendo sua autoria atribuída a Augusto Teixeira de Freitas. (PAIVA, 1919 : 344-345).

Pelo panorama do Rio de Janeiro é possível argumentar que em São Paulo, no mesmo período, o consumo das obras produzidas era vinculado, principalmente, aos estudantes de Direito e aos membros de uma elite ilustrada, mostrando que a atividade editorial começava a dar sinais de desenvolvimento na Província.

Maria Paes de Barros, relatando o cotidiano da capital no período reforça essa afirmação ao argumentar que

(...) sendo a instrução muito elementar, pôr não haver colégios para o sexo feminino, nem tampouco livrarias, as ocupações das meninas cingiam-se à vida doméstica. Raramente lhes chegava ao alcance algum livro, exceto o de missa ou uma dessas narrativas de fama universal, como o *Paulo e Virgínia* de Bernardin de St. Pierre, que liam, então, com ávido interesse. Mas, crescente, São Paulo, e uma nova era surgiu com a criação da Faculdade de Direito e a abertura de uma boa livraria. (BARROS, 1998 : 05-07).

Os livros de "missa" sobre os quais comenta Maria Paes de Barros são os chamados de sermões ou orações, e deles há notícias desde 1840, como o atribuído a Joaquim Anselmo d'Oliveira:

Oração, que na acção de graça pelo feliz reconhecimento da maioridade de S. M. I. o Senhor D. Pedro II, celebrada na Sé

*Cathedral d'esta Imperial Cidade de São Paulo. São Paulo :
Typographia de Costa Silveira, 1840.*

Este tipo de publicação seguia um formato literário semelhante ao da "Relação" editada no Rio de Janeiro por Isidoro da Fonseca em 1747 e assim é possível argumentar que sua tiragem chegasse, no máximo, a 200 exemplares conforme argumenta Rubens Borba de Moraes. (MORAES, 1998 : 157).

A presença destas "Orações Laudatórias" agrega um sentido de manutenção de uma memória coletiva constituída e vinculada aos elementos organizacionais da religião católica em território da antiga Província de São Paulo. A associação de um público consumidor desta literatura aponta particularidades significativas da população local, demonstrando que ela encontrava-se em crescimento. Em uma cidade que se organizava ainda pelo soar dos sinos das igrejas, torna-se interessante perceber que seu desenvolvimento cultural estaria associado diretamente a esta postura comportamental proposta pelos mecanismos culturais religiosos. Tal fato propõe a idéia de sociabilidade e a interpretação de uma memória coletiva necessária à manutenção deste grupo social hegemônico.

O que se encontrou e a forma como a bibliografia distribuiu-se no decorrer dos anos analisados.

Durante a realização da pesquisa, cujo recorte cronológico restringiu-se aos anos de 1808, momento da liberação da imprensa no país com a presença da Corte Portuguesa, até o ano de 1900, foi possível observar um crescimento constante na impressão de livros no território paulista. Neste período foram encontradas 280 obras distribuídas da seguinte maneira:

ano	1831	1832	1833	1834	1835	1836	1837	1838	1839	1840
quantidade	00	00	01	00	00	04	00	03	02	02
ano	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	1849	1850
quantidade	04	00	00	03	01	00	04	02	04	02
ano	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	1860
quantidade	03	04	04	07	03	06	05	07	07	03
ano	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	1870
quantidade	06	05	02	06	02	04	02	01	04	02
ano	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880
quantidade	03	02	02	03	05	04	05	07	08	02
ano	1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888	1889	1890
quantidade	03	05	02	02	05	08	06	08	03	05
ano	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
quantidade	01	03	02	08	13	11	06	08	11	15

Tabela 01: Relação de publicações e quantidade de obras impressas. Fonte: autor

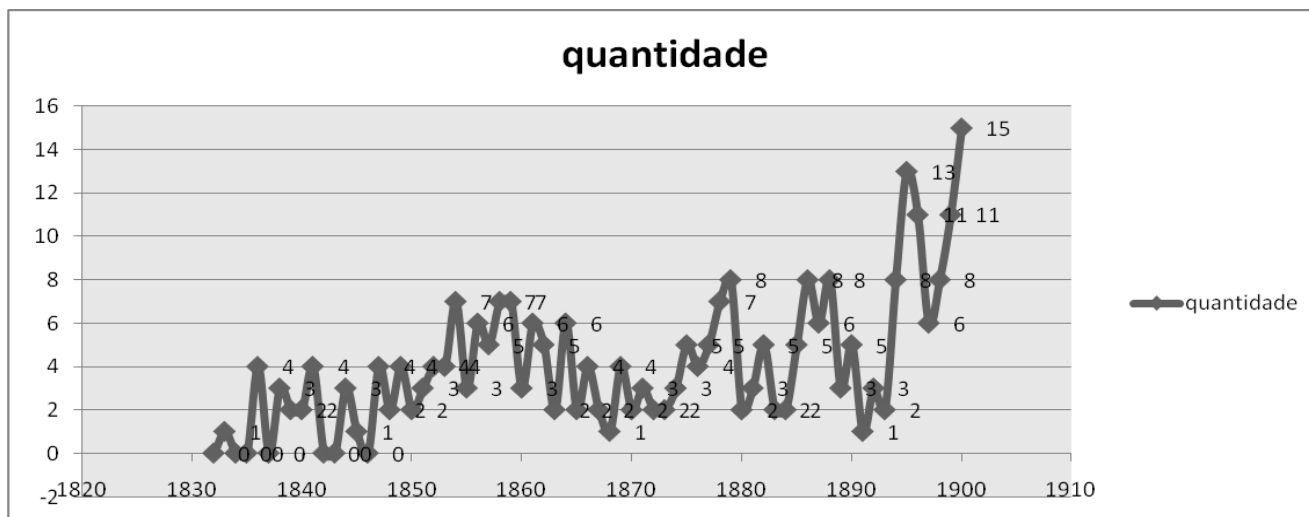


Gráfico 01: evolução da quantidade de obras impressas no território paulista entre 1830 e 1900. Fonte: autor

Na apresentação dos dados do Gráfico 01, observa-se que a quantidade de obras impressas apresenta pequena variação, entre os anos de 1836 e 1894, com a ocorrência de 03 a 08 livros impressos por ano. A partir do ano de 1895 encontramos um crescimento acentuado em obras impressas em cada respectivo ano até o ápice de 15 livros no ano de 1900.

Por essa análise inicial, torna-se possível estruturar quatro fases distintas na evolução das publicações em território paulista.

A primeira localizada entre os anos de 1830 e 1850 pode ser chamada de um momento de implantação, na qual a pequena quantidade de publicações de livros (entre 01 e 04) demonstra o tímido começo do processo de impressão deste material. Os títulos editados nesta fase relacionam-se diretamente a necessidade de se conhecer o território da Província, além de propor uma organização administrativa necessária ao desenvolvimento das necessidades de um grupo social hegemônico.

A segunda fase, localizada entre os anos de 1855 e 1870, pode ser classificada como de estabelecimento ou acomodação, apresentando pouco crescimento, em comparação ao período anterior. Esta fase também pode ser identificada com o início da produção e edição de Almanques.

Na terceira fase, identificada entre os anos de 1880 e 1890, é possível perceber um crescimento da produção editorial, embora com um acentuado declínio entre 1889 e 1890, fato que pode ser associado ao momento da transição do regime político brasileiro, ou seja, a Proclamação da República. Nesta fase é possível de se identificada uma acentuada produção o de Almanagues, fato que se justifica, em parte, pelo desenvolvimento e crescimento das ferrovias em território paulista.

Antonio Celso Ferreira sobre este assunto argumenta que os editores do período tinham em mente aquele consumidor como pouco interesse literário, mas preocupado em demonstrar cultura. Estas pessoas faziam parte de um grupo social cuja ascensão política e econômica vinculava-se as mudanças estruturais pelas quais passava a Província de São Paulo no período. (FERREIRA, 2002 : 37).

A quarta e última fase, localizada entre os anos de 1885 e 1900 demonstra um crescimento acentuado na edição e publicação de livros no território paulista, mostrando que já havia, além da diversificação de um público consumidor, o desenvolvimento de uma profissionalização do setor.

Conclusões parciais

A análise da produção e edição de livros no território paulista durante o século XIX demonstra que o espaço de consumo e circulação de obra vinculou-se as necessidades cotidianas dos grupos envolvidos em sua produção e comercialização.

Realidades históricas distintas condicionaram o processo de edição das obras produzidas e cada expressão do universo cotidiano deste grupo social, refletiram-se diretamente no universo material, representado pelos elementos socioculturais motivadores da impressão dos livros.

O mapeamento aqui apresentado revela particularidades ainda pouco discutidas sobre a produção bibliográfica paulista durante o século XIX e se propõe apresentar realidades estruturadas a partir de uma coleta quantitativa, embora as análises apresentadas, construídas de forma qualitativa, estejam propondo novas abordagens de leituras historiográficas interpretativas do processo.

Bibliografia de Referência

- ALCÂNTARA MACHADO, José de. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo : Martins, 1972.
- BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. São Paulo : Paes e Terra, 1998.
- BOURROU, Estevam Leão. A typographia no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo**. São Paulo : Typographia do Diario Oficial, v. XIII, 1908. p. 5- 39.
- DEAECTO, Marisa Midori . **Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: Senac, 2002.
- ELLIS, Myriam. Documentos sobre a primeira biblioteca pública de São Paulo. **REVISTA DE HISTÓRIA**. São Paulo : USP, n.30, Abril-Agosto 1957, ano VIII.
- FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo : UNESP, 2002.
- FREITAS, Affonso A. de. O primeiro centenário da fundação da imprensa paulista. **Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo**, v. XXV, 1927.
- GALVÃO, Ramiz (org.). **Catálogo da Exposição de História do Brasil**. Brasília : Senado Federal (ed.fac-similar), 1998. 3v.
- GUEDES, Marymarcia e BERLINCK, Rosane de A. **E os Preços Eram Comodos...** : Anúncios de jornais brasileiros (século XIX). São Paulo : Humanitas/FFLCH/USP, 2000.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil. (sua história)**. São Paulo : T. A. Queiroz; EDUSP. 1985.
- LEVASSEUR, E. **O Brasil**. Rio de Janeiro : Editora Bom Texto/Letras & Expressões, 2000. p.182-183. (1ª edição brasileira).
- MADRE DE DEUS, Gaspar da, frei. **Memórias para a história da Capitania de São Vicente**. São Paulo : Edusp ; Belo Horizonte : Itatiaia. 1975.
- MARTINS, J. P. Oliveira. **O Brazil e as colonias portuguesas**. Lisboa : Livraria Bertrand, 1880. Bibliotheca da Sciencias Sociaes v. IV.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. **Literatura e sociedade**. São Paulo : T.A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.
- MEYER, Augusto e MORAES, Rubens Borba (anotações). **Histoire de Nicolas I, roy du Paraguai et empereur des mamelus**. Rio de Janeiro : Livraria-Editora Zelio Valverde, 1944. Edição Fac-similar.
- MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia brasileira do período colonial**. São Paulo : IEB, 1969.
- _____. **O bibliófilo aprendiz**. 3ª Ed. Brasília-DF : Briquet de Lemos; Rio de Janeiro : Casa da Palavra, 1998.
- PAIVA, Tancredo. Notas de um Livreiro. **Revista do Brasil**, v. X, jan-abr. 1919.
- SILVA, Sérgio de Albíte. **Legenda Domino Tesorum Ourum**. Rio de Janeiro : Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.
- SODRE, Nelson Werneck. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967. 3ª edição.
- STICKEL, Erico J. Siriuba. **Uma pequena biblioteca particular**. Subsídios para o estudo da iconografia no Brasil. São Paulo : EDUSP, 2004.